

FREGUESIA DE ODIÁXERE

Aviso (extrato) n.º 17045/2026/2

Sumário: Alteração ao Regulamento de Funcionamento do Programa OTL – As Nossas Férias.

Alteração ao Regulamento de Funcionamento do Programa OTL – As Nossas Férias

Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere, torna público, para efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, que a Assembleia de Freguesia de Odiáxere, no âmbito da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovou, em sessão ordinária de 29 de junho de 2026, sob proposta da Junta de Freguesia aprovada na sua reunião extraordinária de 25 de junho de 2026, a alteração ao Regulamento de Funcionamento do Programa OTL – As Nossas Férias, que entrará em vigor no dia seguinte à publicação do Aviso no *Diário da República*.

1 de julho de 2026. – A Presidente da Junta, Sofia Isabel de Jesus Domingos dos Santos.

320018987

JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos



REGULAMENTO
DE FUNCIONAMENTO

PROGRAMA
OTL – AS NOSSAS FÉRIAS



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Jh', 'St', 'ae', '34', 'A-H', and 'R'.

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO
PROGRAMA OTL — AS NOSSAS FÉRIAS

Preâmbulo

O Programa de OTL — As Nossas Férias é uma organização da Junta de Freguesia de Odiáxere com a colaboração do Clube Desportivo de Odiáxere e tem como principal objetivo apoiar as famílias na ocupação de crianças e jovens durante o período das férias de verão.

O presente Regulamento visa a regulamentação do Programa de OTL, de acordo com o previsto no artigo 13.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 07 de março.

Artigo 1.º

Lei habilitante

O presente Regulamento é elaborado pela Freguesia de Odiáxere no uso das atribuições e das competências que lhe são cometidas, a si e aos seus órgãos, pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, alínea f), do n.º 1 do artigo 9.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, assim como pela alínea d) do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma e pelos artigos 97.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 2.º

Objeto

O presente Regulamento visa definir as regras de funcionamento do OTL «As Nossas Férias», bem como estabelecer os direitos e deveres de todos os intervenientes no programa.

Artigo 3.º

Objetivos

1 — O Programa de OTL — «As Nossas Férias», tem como objetivo desenvolver e promover atividades de cariz lúdico, pedagógico, desportivo, cultural, ambiental e social.

2 — O Programa tem como objetivos específicos:

- a) Desenvolver competências inter-relacionais e sociais no convívio em grupo com os outros, aprendendo a estar em grupo e ser autêntico, potenciando as características de cada um de forma a atuar em grupo no sentido positivo;
- b) Desenvolver a responsabilidade e o respeito pelo outro, como indivíduo e inserido numa sociedade, e promover a cidadania ativa e o respeito pela diferença;
- c) Estimular a autonomia, iniciativa e criatividade;
- d) Incentivar a prática de atividade física e um estilo de vida ativo e saudável, bem como uma forma ativa de estar no mundo;



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'B7', 'AHL', and 'R'.

e) Sensibilizar para as questões ambientais, para a salvaguarda do património histórico e natural da região e cativar para a participação em atividades culturais no concelho.

Artigo 4.º

Destinatários

1 — O Projeto «As Nossas Férias», destina -se a crianças e jovens, residentes na freguesia de Odiáxere e com idades compreendidas entre os seis e os treze anos e monitores juniores com idades compreendidas entre os quinze e os dezassete anos.

2 — Os participantes distinguem-se entre:

- a) Crianças/jovens com idades entre os 6 e os 13 anos;
- b) Jovens com idades entre os 15 e os 17 anos que tenham interesse em participar como Monitores Juniores.

3 — Para efeitos do número anterior, os participantes deverão completar a idade mínima de entrada no Programa até ao dia anterior ao início da sua participação nas atividades.

4 — Os jovens que se insiram no grupo como Monitores Juniores, acompanham, apoiam e aprendem com os monitores durante o programa do OTL, sendo inseridos num contexto de formação para a vida ativa. Esta medida vai garantir um enquadramento mais adequado às suas competências a nível de maturidade, promovendo simultaneamente a sua iniciação progressiva a essas funções.

5 — Será atribuída prioridade a esses jovens após completarem os 18 anos em futura candidatura ao programa, valorizando assim a experiência e formação previamente adquiridas.

Artigo 5.º

Organização

1 — Todos os participantes estarão juntos no mesmo grupo.

2 — O número de monitores que acompanhará cada grupo de participantes é definido de acordo com as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 07 de março:

- a) Um monitor para cada seis participantes.

Artigo 6.º

Horário e Duração

1 — As atividades terão lugar de segunda-feira a sexta-feira, entre as 8h30 e as 18h00, sem prejuízo do horário poder sofrer ajustes pontuais em função dos recursos e meios disponíveis em cada período de atividades.

2 — O programa pode funcionar nas seguintes modalidades de horário:

- a) Manhã — das 8h30h às 13h00;



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Ns', 'Jh', 'Sly', 'AR', 'Bh', 'AH', and a large signature 'plante' with a circled 'P' below it.

b) Tarde — das 14h00 às 18h00;

c) Manhã e tarde (com período de almoço incluído) — das 8h30 às 18h00.

3 — A abertura de todos os horários depende dos recursos humanos e logísticos disponíveis em cada ano de atividades e casos excecionais.

Artigo 7.º

Locais de Acolhimento

1 — O Projeto é desenvolvido no Clube Desportivo de Odiáxere.

2 — O local de acolhimento diário dos participantes será definido anualmente e indicado nas condições específicas de participação.

Artigo 8.º

Vagas

1 — O número de vagas para monitores e para participantes são definidos anualmente nas condições específicas de participação dos monitores.

2 — As vagas para participantes são limitadas e o seu número está dependente dos recursos humanos e logísticos disponíveis em cada ano de atividade.

Artigo 9.º

Inscrições

1 — A data das inscrições será definida anualmente e indicada nas condições específicas de participação.

2 — As inscrições serão efetuadas através do preenchimento de formulário disponível na Secretaria da Junta de Freguesia de Odiáxere.

3 — O encarregado de educação é responsável pela veracidade da informação prestada na ficha de inscrição, bem como por toda a informação complementar relativa ao participante.

4 — Após a realização da inscrição, o candidato receberá um comprovativo de inscrição.

5 — O prazo de entrega de documentos complementares à inscrição será definido nas condições específicas de participação.

Artigo 10.º

Seleção e Lista de Espera

1 — A seleção dos participantes efetuar-se-á de acordo com os critérios que vierem a ser definidos nas condições específicas de participação.

2 — A confirmação da participação do candidato será comunicada para o endereço eletrónico do encarregado de educação, indicado na ficha de inscrição, acompanhado do documento de autorização de participação, que deverá ser devidamente preenchido e assinado.



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Dito', 'B4', 'AJ', 'JL', 'SL', 'ca', and 'JA'.

3 — Não existindo vagas, o candidato ficará automaticamente em lista de espera.

Artigo 11.º

Desistência ou Exclusão

- 1 — O participante poderá faltar desde que o encarregado de educação comunique e justifique a falta por escrito (via *email*) ou contacto telefónico com a devida antecedência.
- 2 — O participante poderá ser excluído do OTL quando exceda as quatro faltas consecutivas e sem justificação ou nos demais casos previstos no presente Regulamento.
- 3 — Em caso de desistência ou exclusão de um participante, a vaga criada será preenchida, no prazo máximo de uma semana do início do projeto, de acordo com os critérios de seleção definidos nas condições específicas de participação e atendendo à lista de espera existente.

Artigo 12.º

Pagamento

- 1 — O valor de participação, a forma e prazos de pagamento são definidas nas condições específicas de participação de cada período de atividades.
- 2 — O valor de participação é definido de acordo com a modalidade de horário escolhida e inclui:
 - a) Seguro de acidentes pessoais, com os valores mínimos e âmbitos de cobertura fixados pela Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;
 - b) Almoço (quando aplicável);
 - c) Atividades;
 - d) Transporte para as atividades;
 - e) Material de desgaste utilizado nos *ateliers*;
 - f) Material/equipamento acessório ao OTL (t-shirt e boné).
- 3 — O valor de participação não é reembolsável no caso de desistência.

Artigo 13.º

Isenções

A isenção do pagamento da inscrição no OTL depende da formalização do pedido, dirigido à Junta de Freguesia de Odiáxere, e de avaliação técnica por parte do Executivo (crianças institucionalizadas ou agregados familiares carenciados), sem prejuízo do pagamento de valor relativo ao seguro e despesas administrativas, cujos montantes serão definidos nas condições específicas de participação de cada período de atividades.

Artigo 14.º



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures in blue ink, including initials like 'AH.', 'B3', 'CR', 'D.', and 'P.', along with full names like 'J. M. S.', 'A. R.', and 'M. A.'.

Participantes com Necessidades Educativas Específicas

- 1 — É obrigatória a indicação, no ato da inscrição, da existência de Necessidades Educativas Específicas.
- 2 — A participação no OTL de crianças com Necessidades Educativas Específicas (físicas, cognitivas e/ou comportamentais) está condicionada a uma avaliação prévia a realizar pela Equipa Técnica Coordenadora do Projeto.
- 3 — Para efeitos do disposto no número anterior, serão facultados pelo encarregado de educação do participante os relatórios clínicos e técnicos respeitantes às necessidades e condicionantes particulares dos participantes.

Artigo 15.º

Alimentação

- 1 — Os lanches são da responsabilidade de cada participante, que deverão ser transportados em lancheiras devidamente identificadas com o nome do participante e a letra do grupo em que está inserido.
- 2 — O almoço terá lugar em espaço próprio e definido para o efeito.

Artigo 16.º

Saída das Instalações

- 1 — A modalidade de saída das instalações e a indicação das pessoas que poderão acompanhar o participante aquando da saída é definida pelo Encarregado de Educação, em documento próprio.
- 2 — Pelo Encarregado de Educação poderá ser escolhida uma das seguintes modalidades de saída:
 - a) Não autoriza a saída do participante sozinho, devendo ser sempre acompanhado pela(s) pessoa(s) por si indicadas;
 - b) Autoriza a saída do participante sozinho.
- 3 — A cada participante será entregue um elemento identificativo (ex.: pulseira) que permitirá a distinção da modalidade de saída definida pelo encarregado de educação.

Artigo 17.º

Saúde

- 1 — É obrigatória a prestação da informação exata, pelos Encarregados de Educação à entidade organizadora, sobre as restrições, doenças, condições e/ou necessidades especiais dos participantes.
- 2 — No caso de acidente ou doença súbita dos participantes, serão acionados todos os meios de socorro necessários à situação concreta e os encarregados de educação serão informados, devendo dirigir -se para o local onde o seu educando se encontre.



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures in blue ink, including initials like 'B3', 'AP', and 'A'.

Artigo 18.º

Constituição da Equipa

1 — O Projeto «A Nossa Féria» é desenvolvido por uma equipa constituída por:

- a) Um coordenador designado para o efeito;
- b) Um monitor por cada grupo de seis crianças;

2 — É da competência e responsabilidade da entidade organizadora a seleção e contratação da equipa técnica de terreno e dos monitores, de acordo com os critérios previstos nos artigos 19.º e 20.º do presente Regulamento.

Artigo 19.º

Critérios de Seleção do Coordenador

1 — O coordenador será um elemento pré-definido pela Junta de Freguesia de Odiáxere, com experiência profissional em projetos do mesmo género do Programa “As Nossas Férias”, e disponibilidade para as modalidades e turnos disponíveis.

Artigo 20.º

Critérios de Seleção dos Monitores

1 — Poderão ser candidatos a monitores todos os jovens residentes na freguesia de Odiáxere, no concelho de Lagos, ou em concelhos limítrofes, com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos.

2 — Os candidatos residentes na freguesia de Odiáxere beneficiam de prioridade em relação aos demais.

3 — O disposto no presente artigo não prejudica a adoção de outros critérios que venham a ser fixados nas condições específicas de participação dos monitores.

Artigo 21.º

Direitos da Entidade Organizadora

São direitos da entidade organizadora:

- a) Definir o conteúdo das atividades a desenvolver;
- b) Escolher os locais da realização das atividades nos diferentes núcleos;
- c) Selecionar e contratar equipa técnica de terreno e monitores nos termos previstos no presente regulamento;
- d) Definir critérios de seleção para os participantes em cada período específico de atividades;



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Abel', 'Bry', 'A.P.', and several other illegible signatures.

- e) Definir o valor a pagar pelos participantes para cada período específico de atividades;
- f) Definir os limites mínimos e máximos de participantes em cada período específico de atividades;
- g) Não se responsabilizar pelo extravio, roubo ou estrago de quaisquer objetos pessoais que não tenham sido explicitamente confiados à sua guarda;
- h) Modificar o programa de atividades, caso haja necessidade.

Artigo 22.º

Deveres da Entidade Organizadora

A entidade organizadora tem como deveres:

- a) Facultar, no ato de inscrição dos participantes, o Regulamento e as Condições Específicas de Participação do período a que respeita a inscrição;
- b) Assegurar os transportes para as atividades que assim o exijam, assegurando o cumprimento da legislação em vigor no âmbito do Transporte Coletivo de Crianças (Decreto-Lei n.º 13/2006, de 17 de abril);
- c) Garantir o seguro de acidentes pessoais aos participantes e monitores durante o período em que decorram as atividades, com os valores mínimos e âmbitos de cobertura fixados pela Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;
- d) Assegurar a existência de espaços e meios seguros, adequados ao desenvolvimento das atividades previstas;
- e) Garantir condições de saúde, segurança e higiene;
- f) Promover a formação complementar aos monitores;
- g) Assegurar o pagamento do Coordenador e monitores.

Artigo 23.º

Direitos do Coordenador

São direitos do Coordenador:

- a) Participar no processo educativo do programa de atividades;
- b) Prestar apoio técnico, material ou documental necessário a toda a atividade do Projeto;
- b) Auferir um rendimento pelo desempenho da sua função, a definir pela entidade organizadora;
- c) Receber formação/informação adequada e essencial ao exercício das suas funções;
- d) Receber os elementos identificativos do Projeto (t-shirt, boné);
- e) Receber informação sobre as características gerais dos participantes com quem irão trabalhar de acordo com as normas da ética e da confidencialidade.

Artigo 24.º

Deveres do Coordenador



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE

Município de Lagos

Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Alta', 'Bj', 'AH', 'R', 'P', 'S1', and 'R'.

São deveres do Coordenador:

- a) Elaborar o plano de atividades e acompanhar a sua boa execução;
- b) Coordenar a ação dos monitores, assegurar a realização das atividades de ocupação de tempos livres, cumprindo a legislação em vigor e o presente regulamento e condições específicas de participação para cada período de atividades;
- c) Informar a realização das atividades às entidades policiais, os delegados de saúde e os corpos de bombeiros da área onde se realizam as atividades com uma antecedência mínima de 48 horas antes do início das respetivas atividades, bem como a respetiva localização e calendarização;
- d) Informar os monitores das características gerais dos participantes com que irão trabalhar de acordo com as normas da ética e da confidencialidade;
- e) Promover reuniões semanais e sempre que necessário com os monitores, para avaliação do projeto, cabendo-lhe definir as reprogramações em casos urgentes;
- f) Zelar pela prudente utilização dos equipamentos e pela conservação das instalações;
- g) Manter permanentemente disponível e garantir o acesso pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. à documentação referida nos n.ºs 2 e 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 07 de março;
- h) Moderar eventuais conflitos entre equipas;
- i) Estabelecer regras relativas aos horários e condições de segurança das refeições e garantir o cumprimento das mesmas com o apoio dos monitores;
- j) Assegurar, com os monitores preparados para o efeito, o acompanhamento permanente das crianças no decorrer das atividades;
- k) Propor o afastamento dos monitores, em caso de violação dos seus deveres;
- l) Estabelecer contacto com os encarregados de educação sempre que for considerado necessário;
- m) Coordenar e acompanhar a execução das atividades diárias, em conjunto com os monitores;
- n) Apoiar os monitores e os seus grupos durante o período das refeições, assim como durante o transporte para as atividades;
- o) Ser moderador/decisor na relação monitor/participante em caso de conflito, sem desautorizar o monitor;
- p) Organizar e dinamizar atividades nas áreas da sua formação, em colaboração com os monitores;
- q) Controlar a assiduidade dos monitores e substituí-los em caso de falta;
- r) Informar com a devida antecedência a Entidade Organizadora em caso de impossibilidade de comparecimento em algum dos dias de atividade;
- s) Gerir e inventariar o material existente (t-shirts, bonés, material lúdico e desportivo, material de desgaste, material de farmácia, EPI's), no início e no final do Projeto;
- t) Usar imprescindivelmente os elementos identificativos do Projeto (t-shirt e boné), exigindo-os, de igual forma, aos monitores;
- u) Avaliar semanalmente o Projeto, em conjunto com a Entidade Organizadora;



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Nils', 'Bn', 'AM', 'st.', 'ce', and 'd.'

- v) Informar os monitores atempadamente das alterações no plano de atividades;
- x) Apoiar na elaboração do relatório estatístico (avaliação das atividades);
- y) Realizar um relatório final de acordo com a minuta disponibilizada pela coordenação.

Artigo 25.º

Direitos dos Monitores

Aos monitores são reconhecidos como direitos:

- a) Auferir um rendimento pelo desempenho da sua função, em montante a definir pela entidade organizadora;
- b) Receber formação complementar.
- c) Receber as informações e os esclarecimentos sobre o Regulamento e Condições de Participação Específicas para cada período de atividades;
- d) Receber um certificado de participação, a emitir pela entidade organizadora;
- e) Receber apoio do Coordenador no desempenho das funções;
- f) Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais com os valores mínimos e âmbitos de cobertura fixados pela Portaria n.º 629/2004, de 12 de junho;
- g) Conhecer, previamente, a equipa de trabalho;
- h) Receber os elementos identificativos do Projeto (t-shirt e boné).

Artigo 26.º

Deveres dos Monitores

1 — São deveres dos monitores:

- a) Respeitar e cumprir o presente Regulamento e as condições específicas de participação;
- b) Manter um comportamento ajustado às exigências da função;
- c) Frequentar a formação complementar de monitores;
- d) Ser pontual e assíduo, podendo ser excluído quando exceda as 3 (três) faltas sem justificação e aviso prévio;
- e) Acompanhar e assegurar a segurança das crianças durante o período em que decorrerem as atividades, prestando-lhes todo o apoio e auxílio de que necessitem;
- f) Cumprir e fazer cumprir as normas de saúde, higiene e segurança, bem como as demais normas de funcionamento e regras de participação;
- g) Informar o Coordenador sobre qualquer situação anómala relativa ao seu grupo;
- h) Promover comportamentos de boa educação e de disciplina por parte dos participantes;
- i) Manter, no grupo de participantes, um espírito de dinamismo, alegria e confiança;
- j) Respeitar as diferenças culturais e pessoais dos participantes e combater processos de exclusão e discriminação negativa;

2 — A violação de qualquer dos deveres previstos importa o imediato afastamento da condição de monitor.



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Jm', 'By', 'Al.', and 'd.'.

Artigo 27.º

Direitos dos Participantes

Aos participantes são reconhecidos como direitos:

- a) Participar em todas as atividades que forem propostas, exceto se houver indicação em contrário por parte do encarregado de educação;
- b) Ser tratado com respeito e correção pelo Responsável, pelos monitores e pelos outros participantes;
- c) Ver salvaguardada a sua segurança e a sua integridade física e moral;
- d) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes da ficha de inscrição;
- e) Receber toda a informação e esclarecimentos acerca do Regulamento e outras normas aplicáveis, bem como das consequências do seu não cumprimento.

Artigo 28.º

Deveres dos Participantes

1 — São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o presente Regulamento e as condições de participação específicas para o período da atividade em que participa;
- b) Respeitar e cumprir as orientações dadas pelos monitores e responsável;
- c) Respeitar os colegas e não praticar atos de violência física ou verbal;
- d) Zelar pela conservação e asseio das instalações, material, equipamentos e espaços verdes onde decorram as atividades;
- e) Acatar as consequências inerentes ao não cumprimento do presente Regulamento;
- f) Responsabilizar-se pelos seus pertences pessoais;
- g) Ser pontual e assíduo;
- h) Responsabilizar -se pelo material que lhe é confiado;
- i) Apresentar -se com o equipamento adequado à prática das atividades agendadas.

2 — O incumprimento das alíneas a), b), c) e d) do número anterior poderá conduzir à exclusão do participante do Projeto, quando a sua ação afete o normal funcionamento das atividades.

Artigo 29.º

Direitos dos Encarregados de Educação

Os Encarregados de Educação têm o direito de:

- a) Conhecer a equipa responsável pelo participante;
- b) Tomar conhecimento, no ato da inscrição, do presente Regulamento, Projeto Educativo e de Animação e Condições Específicas de Participação para cada período de atividades, bem como das possíveis consequências do seu não cumprimento;



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE
Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Alta', 'B3', 'AM.', 'R', 'J', 'A.', 'P', 'A.', and 'P'.

- c) Tomar conhecimento sobre o plano de atividades previsto, assim como das condições físicas e logísticas em que deverá decorrer;
- d) Obter informações e esclarecimentos sempre que solicitar.

Artigo 30.º

Deveres dos Encarregados de Educação

Os Encarregados de Educação têm o dever de:

- a) Informar, no ato da inscrição, sobre todo e qualquer dado importante relativo ao participante, nomeadamente no que se refere a doenças, incapacidades, necessidades de alimentação específicas ou quaisquer outras características que possam condicionar ou limitar a atividade do mesmo;
- b) Respeitar o presente Regulamento, condições de participação específicas do período de atividades respeitantes à inscrição e demais legislação aplicável;
- c) Garantir que o participante cumpre os horários estabelecidos;
- d) Garantir que o participante não transporte consigo dinheiro, objetos cortantes ou eletrónicos e/ou outros materiais pessoais desnecessários;
- e) Garantir que o contacto direto facultado no ato da inscrição se encontra atualizado e, sempre que haja condicionantes no atendimento, indicar um contacto direto alternativo, por forma a facilitar a comunicação em caso de necessidade;
- f) Garantir que o participante se apresente diariamente com os elementos de identificação do Projeto «As Nossas Férias» (boné, t-shirt, pulseira) e zelar pelo bom estado de conservação dos mesmos;
- g) Informar a equipa responsável, previamente, de possíveis faltas do participante por via eletrónica, contacto telefónico ou pessoalmente;
- h) Responsabilizar-se pelo transporte do participante;
- i) Comparecer nas instalações sempre que solicitado;
- j) Comunicar por escrito, quando ocorra, a desistência do participante.

Artigo 31.º

Proteção de Dados Pessoais

1 — A Freguesia de Odiáxere tem um compromisso de conformidade com as normas jurídicas de proteção de dados pessoais, estando a política de proteção de dados disponível em www.freguesiadeodioxere.pt ou, presencialmente, na Secretaria da Junta de Freguesia.

2 — As operações de tratamento de dados pessoais estão fundamentadas no consentimento do titular dos dados, através de manifestação de vontade expressa pelo titular dos dados ou, no caso em que o titular dos dados seja menor de idade, pelos seus Encarregados de Educação, sendo realizadas exclusivamente para os efeitos definidos pelo Projeto «As Nossas Férias».



JUNTA DE FREGUESIA DE ODIÁXERE

Município de Lagos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Jm', 'B3', 'Al.', and 'R.'.

3 — As operações de tratamento de dados pessoais são realizadas de acordo com os termos da Ficha de Informação sobre Tratamento de Dados no Projeto «As Nossas Férias», que é disponibilizada ao titular dos dados ou aos Encarregados de Educação do titular dos dados no momento da recolha da autorização para o seu tratamento, estando a Política de Proteção de Dados acessível na Secretaria da Junta de Freguesia ou em www.freguesiadeodiaxere.pt.

4 — Todos os titulares de dados podem exercer os seus direitos de informação, de reclamação ou de proteção de dados, designadamente os direitos de acesso, retificação, oposição, limitação de tratamento, portabilidade ou apagamento, através de pedido de exercício desses direitos formulado ao Encarregado da Proteção de Dados através do [email administrativo@freguesiadeodiaxere.pt](mailto:administrativo@freguesiadeodiaxere.pt).

5 — Em caso de ocorrência de incidentes de violação de dados, qualquer interessado ou titular dos dados pode comunicar esse incidente através de contacto com o Encarregado da Proteção de Dados através do [email administrativo@freguesiadeodiaxere.pt](mailto:administrativo@freguesiadeodiaxere.pt).

6 — O titular dos dados tem ainda, caso assim o pretenda, direito a apresentar reclamação diretamente à autoridade de controlo, devendo, nesta situação, contactar diretamente a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Artigo 32.º

Casos Omissos

1 — Em tudo o que não estiver previsto no presente Regulamento aplicar -se -á a legislação em vigor relativamente a campos de férias.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, todos os casos omissos serão objeto de análise e decisão por parte da Junta de Freguesia de Odiáxere.

Artigo 33.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Aprovado na reunião de Junta de Freguesia de 25/06 /2026

Aprovado em Sessão de Assembleia de Freguesia de ___/___/2026